

Estados e municípios devem mais

Nos últimos dois anos, as dívidas dos estados e municípios em títulos públicos deram um salto de R\$ 20,646 bilhões para R\$ 46,527 bilhões, o que significa aumento de 125%, de julho de 1994 até julho deste ano. Esse crescimento deveu-se exclusivamente aos juros cobrados da dívida.

Os estados estão impedidos de fazer novas emissões de papéis até o ano de 1999, de acordo com a emenda constitucional nº 3, aprovada há três anos no Congresso. Embora essa medida tenha o poder de inibir o endividamento, a saúde financeira da maior parte dos estados não permite que eles resgatem no mercado os títulos que vão vencendo. As dívidas são roladas a cada vencimento e

acrescidas de novos juros.

“A não ser que sejam tomadas medidas de ajustes das contas públicas, esse comportamento das dívidas vai continuar”, previu o chefe do Departamento da Dívida Pública do Banco Central, Jairo Ferreira, ao divulgar os dados ontem. Ele observou que pelo menos no que se refere às dívidas de curto prazo — para liquidação em seis meses no máximo e que oferecem como garantia antecipações de receitas orçamentárias (ARO) —, os estoques vêm caindo nos últimos meses.

O saldo devedor dessas operações era de R\$ 2,524 bilhões em novembro do ano passado e caiu para R\$ 1,433 bilhão em junho último. Apesar dos números serem pouco representati-

vos em comparação com o tamanho da dívida mobiliária (formada pelos títulos públicos), a liquidação das operações de ARO representam alívio de caixa imediato para os estados e municípios.

Já as autorizações de empréstimos de longo prazo aumentaram muito (468%) nos primeiros sete meses deste ano, em comparação com igual período do ano passado. Das autorizações de financiamento que totalizaram de janeiro para cá R\$ 3,894 bilhões, 75% se referem basicamente a recursos do governo federal destinados a programas de reestruturação e de ajustes dos estados, para medidas de enxugamento como o estímulo a demissões voluntárias.